programas ou atividades governamentais, com base nos achados. A conclusão não é apenas um resumo dos achados, devendo-se destacar, de forma equilibrada, os pontos fortes do objeto de auditoria, as principais oportunidades de melhoria de desempenho e os possíveis benefícios esperados quantificando-os, sempre que possível, em termos de economia de recursos ou de outra natureza de melhoria. Devem ser relatadas as dificuldades enfrentadas pelos gestores e destacadas as iniciativas positivas por eles empreendidas no sentido de superar as dificuldades.

127. Na conclusão deve ser relatado o benefício total estimado ou esperado das propostas de encaminhamento e podem ser feitas considerações sobre o trabalho realizado, breves relatos de detecção de irregularidades ou impropriedades na abordagem de questões de auditoria.

128. As conclusões devem indicar o eventual impacto dos achados nas contas das entidades auditadas. Para tanto, é necessário identificar as responsabilidades ao longo do tempo, bem como o estado das respectivas contas.

RECOMENDAÇÕES E ORIENTAÇÕES

129. As recomendações e orientações devem ser consistentes com os achados, decorrendo logicamente destes e das conclusões e focando nas causas dos achados.

130. São variados os tipos de recomendações que podem ser feitas pelas equipes de auditoria, para cada achado decorrente ou não de questões de auditoria, podem ser formuladas, conforme o caso, proposições de recomendações, determinações, medidas saneadoras, medidas cautelares, dentre outras previstas legalmente.

131. As recomendações devem ser formuladas focando "o quê" deve ser aperfeiçoado ou corrigido e não "o como", dado à discricionariedade que cabe ao gestor e ao fato de que a equipe de auditoria não detém a única ou a melhor solução para o problema identificado. As recomendações geralmente sugerem o aperfeiçoamento necessário, mas não a forma de alcançá-lo, embora em determinadas circunstâncias, às vezes, se justifique uma recomendação específica como, por exemplo, alterar normativos com o intuito de melhorar a administração.

MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

132. As recomendações e orientações proferidas pela AGE devem ser devidamente acompanhadas quanto ao seu cumprimento ou à sua implementação.

133. Orientações e recomendações anteriores, bem como os resultados de monitoramentos devem ser levados em consideração no planejamento de futuras ações de controle.

134. Ao formular orientações e recomendações e posteriormente monitorá-las, o Auditor deve manter sua objetividade e independência e, portanto, preocupar-se em verificar mais a correção dos problemas e das deficiências identificadas do que o cumprimento formal de deliberações específicas.

DISTRIBUIÇÃO DE RELATÓRIOS

135. Os relatórios de auditoria, quando impressos, serão emitidos em 3 (três) vias e obedecerão aos critérios de segurança além de conterem marcas d'água, data e hora da impressão. As três vias serão destinadas da seguinte forma: uma para o Governador do Estado, uma para a Unidade Auditada e uma para o arquivo de segurança do Gabinete da AGE.

136. Os relatórios de auditoria, quando digitais, serão incluídos nos processos eletrônicos e disponibilizados a critério do Auditor-Geral.

INSTRUÇÃO NORMATIVA AGE Nº. 03/2022, DE 28 DE JULHO DE 2022

Aprova os Procedimentos Básicos e Técnicas de Auditoria no âmbito da Auditoria-Geral do Estado do Pará.

O Auditor-Geral do Estado do Pará, no uso de suas atribuições previstas na Lei Estadual nº 6.176/1998, bem como a competência para estabelecer normas complementares necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, nos termos do art. 11 do Decreto Estadual nº. 2.536, de 03 de novembro de 2006.

CONSIDERANDO, a necessidade de estabelecer critérios técnicos para a atividade de auditoria interna governamental, bem como de coordenar, supervisionar e orientar, normativa e tecnicamente, as atividades desenvolvidas pelos Auditores de Finanças e Controle, pelas equipes de Auditoria e pelas Gerências Técnicas,

CONSIDERANDO, que a atividade de auditoria deva ser digna de toda a credibilidade possível, não sendo permissível que parem dúvidas quanto à integridade, honestidade e aos padrões morais do profissional que executa o trabalho.

CONSIDERANDO, que o exercício do cargo de Auditor de Finanças e Controle exige a obediência aos princípios éticos profissionais e qualificações pessoais que fundamentalmente se apoiam em autoanálise, imparcialidade, sigilo, bom senso, autoconfiança, perspicácia, persistência, caráter e conhecimento.

CONSIDERANDO, que as Normas de Auditoria abrangem instruções e procedimentos a serem observados pelo Auditor de Finanças e Controle a quando da realização do seu trabalho e que essas normas tem por finalidade orientar as atividades a serem desenvolvidas, bem como proporcionar a aplicação sistemática e metodológica de suas ações.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar, na forma de anexo desta Instrução Normativa, os Procedimentos Básicos e Técnicas de Auditoria no âmbito da Auditoria-Geral do Estado do Pará.

Art. 2º. Compete às Gerências Técnicas adotarem as providências necessárias à implantação destes Procedimentos e Técnicas, junto às equipes de Auditoria no âmbito do Sistema Central de Controle Interno do Estado do Pará.

Art. 3º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação. Belém (Pa), 28 de julho de 2022.

JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO
Auditor-Geral do Estado

AUDITORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ PROCEDIMENTOS BÁSICOS E TÉCNICAS DE AUDITORIA

"O AUDITOR PODE POSSUIR UMA PILHA DE FÓRMULAS E CHECK LISTS, MAS SEM O CONHECIMENTO BASEADO EM EXPERIÊNCIAS, ELE NÃO CONDUZIRÁ BEM A SUA FUNÇÃO... AUDITORIAS DEVEM SER USADAS PARA PROMOVER A QUALIDADE, NÃO PARA INSPECIONAR".

KAORU JSHIKAWA

Ética e Qualificação

O Auditor é o profissional que, possuindo competência legal e conhecimentos em áreas correlatas aliadas aos conhecimentos de normas e procedimentos de Auditoria, procurará obter elementos de satisfação que o levem a fundamentar e a emitir sua opinião sobre o objeto de estudo.

A função de Auditor deve ser exercida em caráter de entendimento de que o trabalho executado tenha e mereça toda a credibilidade possível, não sendo permissível que paire dúvidas quanto à integridade, honestidade e aos padrões morais desse profissional.

Assim sendo, a profissão de Auditor exige a obediência aos princípios éticos profissionais e qualificações pessoais que fundamentalmente se apoiam em autoanálise, imparcialidade, sigilo, bom senso, autoconfiança, perspicácia, persistência, caráter e conhecimento.

Normas de Auditoria

1. As Normas de Auditoria abrangem instruções e procedimentos a serem observados pelo Auditor quando da realização do seu trabalho. Foram estabelecidas com a finalidade de orientar as atividades a serem desenvolvidas, bem como proporcionar a aplicação sistemática e metodológica de suas ações.

Objetos da Auditoria

2. São objetos de tarefas de Auditoria:

- 2.1. Comprovação de exatidão dos fatos patrimoniais, pelo registro;
- 2.2. Comprovação da propriedade na identificação dos mesmos fatos;
- 2.3. Comprovação do tempo e do valor como medidas dos mesmos fatos;
- 2.4. Interpretação e crítica dos exames a que se procedeu;
- 2.5. Orientação para o governo do patrimônio;
- 2.6. Proteção contra fraudes;
- 2.7. Pesquisas patrimoniais sobre fatos ocorridos;
- 2.8. Previsão de fatos patrimoniais;
- 2.9. Exame da eficácia;
- 2.10. Exame da eficiência;
- 2.11. Exame dos riscos patrimoniais;
- 2.12. Exame da capacidade de equilíbrio da entidade;
- 2.13. Exames da capacidade de produtividade;
- 2.14. Exames da capacidade da elasticidade;
- 2.15. Exames da economicidade;
- 2.16. Exames da capacidade de pagamento;
- 2.17. Exames da capacidade de obtenção de resultados;
- 2.18. Orientação e opinião sobre os exames.

Classificação da Auditoria quanto a Natureza

3. A Auditoria, pela sua natureza, pode ser:

- a) Preventiva
- b) Concomitante
- c) Subsequente

3.1. Auditoria Preventiva – é realizada com o objetivo de oferecer proposta alternativa de solução e montagem de cenários possíveis sobre processos e resultados no horizonte temporal presente/futuro.

3.2. Auditoria Concomitante – é realizada com o objetivo de atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma matéria auditável, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo empecilhos ao desempenho da sua missão institucional.

3.3. Auditoria Subsequente ou de Avaliação – refere-se ao trabalho realizado com o objetivo de se emitir opinião sobre a legalidade, a legitimidade, a impessoalidade, a publicidade, a motivação, a eficácia, a eficiência, a economicidade, a razoabilidade, a qualidade e a efetividade dos atos e fatos já ocorridos em uma organização.

Normas relativas à Pessoa do Auditor

4. O Auditor é o responsável não só perante o órgão de controle a que está vinculado, como também à sociedade. Deve, portanto, conduzir-se de modo a justificar a confiança individual e institucional que lhes é depositada, obedecendo às seguintes normas:

4.1. Independência - O Auditor, no exercício da atividade de auditoria, deve manter uma atitude de independência que assegure a imparcialidade de seu julgamento, nas fases de planejamento, execução e emissão de seu parecer, bem assim nos demais aspectos relacionados com sua atividade profissional. Essa atitude envolve os seguintes aspectos:

- a) soberania: durante o desenvolvimento de seu trabalho, o Auditor deverá possuir o domínio do julgamento profissional, pautando-se exclusiva e livremente (a seu critério) no planejamento de seus exames, na seleção e aplicação de procedimentos técnicos e testes de auditoria, na definição de suas conclusões e na elaboração de seus relatórios;
- b) imparcialidade: durante seu trabalho, o Auditor está obrigado a abster-se de intervir nos casos em que há conflito de interesses que possam influenciar a absoluta imparcialidade de seu julgamento;
- c) objetividade: na execução de suas atividades, o Auditor se apoiará em fatos e evidências que permitam o convencimento razoável da realidade ou a veracidade dos fatos, documentos ou situações examinadas, permitindo a emissão de opinião em bases consistentes.

4.2. Conhecimento Técnico e Capacidade Profissional - O Auditor, no exercício das atividades de auditoria, deve possuir um conjunto de conhecimentos técnicos, experiência e capacidade para as tarefas que executa; conhecimentos contábeis, econômicos e financeiros; e de outras disciplinas para o adequado cumprimento do objetivo da auditoria. Deverá, ainda, ter habilidade no trato com as pessoas e comunicar-se de maneira eficaz. Essa qualidade envolve os seguintes aspectos: